

Caracterização Socioeconômica das Comunidades Chalé/Bonfim, Sub-região do Paraguai, Corumbá, MS

No entorno da Reserva Particular do Patrimônio Natural Engenheiro Eliezer Batista (RPPNEEB), criada em 2008, vivem moradores em duas comunidades sobre as quais se tem poucas informações sobre seu modo de vida. Assim, o presente trabalho teve como objetivo coletar informações qualitativas e quantitativas sobre as relações sociais e econômicas existentes entre os moradores do entorno da Reserva Particular do Patrimônio Natural Engenheiro Eliezer Batista (RPPNEEB). A partir destas informações foi possível identificar a interação dos moradores locais com as principais áreas do ecossistema local e possíveis implicações da restrição do uso desses espaços com a criação de uma área de proteção ambiental.



Figura 1. Comunidades encontradas ao longo da área de influência da RPPNEEB (assinalada em vermelho), sub-região do Paraguai, Corumbá, MS.

Corumbá, MS
Dezembro, 2008

Autores

Cristhiane O.G. Amâncio
Dra. em Ciências Sociais
Embrapa Pantanal, CP 109
79320-900, Corumbá, MS
camancio@cpap.embrapa.br

Robson Amâncio
PhD. em Ciências Sociais
DAE/UFLA, CP 3037,
37200-000, Lavras, MG
ramancio@ufla.br

Rosicleia C. Toniazzo
Lic. Pedagogia
CPAN/UFMS
79320-900, Corumbá, MS

Douglas Botelho
Doutorando em Administração
DAE/UFLA, CP 3037
37200-000, Lavras, MG

Luiz Alberto Pellegrin
Mestre em Tratamento da
Informação Espacial
Embrapa Pantanal, CP 109
79320-900, Corumbá, MS
pellegrin@cpap.embrapa.br

Dessa forma, esse estudo caracteriza-se por ser um zoneamento das comunidades ribeirinhas da sub-região do Paraguai.

Para realizar este estudo foram utilizadas as técnicas de entrevistas estruturadas e semi-estruturadas (Alencar, 1990; Becker, 1997) com uso de questionário, roteiros semi-estruturados e história oral.

As entrevistas com os moradores que habitam o entorno da reserva ocorreram em dois momentos distintos. Permanecemos por uma semana no período de piracema, época de seca do Pantanal (novembro de 2006) e, posteriormente, 5 dias no período de pesca ativa, durante a cheia (maio de 2007).

No primeiro momento, as respostas estavam voltadas mais para a tradução sobre suas condições de vida. Informavam sobre como viviam, como obtinham alimentos, que tipo de recurso natural consumiam e como o consumiam, as fontes de renda de que dispunham, a distribuição de trabalho/atividades entre os membros da família, as relações de parentesco, hábitos, noções de higiene, número de pessoas da família.

Esses dados são importantes no sentido de fornecer uma noção mais clara das condições materiais da vida desta população, as formas como se relacionam com os recursos naturais que compõem o seu ambiente, as potencialidades no uso destes recursos para melhorar suas condições materiais de sobrevivência e as ações, em termos de políticas públicas, que são realizadas na região. No entanto, é de grande relevância para traçar cenários sobre o impacto da implantação de uma RPPN nas vidas desses atores sociais os aspectos subjetivos, que não podem ser desconsiderados. Para identificá-los não fizemos uso dos questionários estruturados e sim de entrevistas orientadas por roteiro e história oral.

Ao analisar os dados, foram identificados dois grupos de moradores que habitam a região do entorno imediato da RPPNEEB: Amolar e Chané/Bonfim. Na Figura 1 encontra-se identificado a comunidade da Barra do São Lourenço sob influência da criação da área de preservação. Isto porque os moradores da comunidade do Chané/Bonfim mantém seus filhos na escola localizada na Barra do São Lourenço.

Nesta publicação apresentamos alguns resultados obtidos com a pesquisa realizada na região do Chané/Bonfim. A seguir caracterizaremos a comunidade de acordo com as informações coletadas no zoneamento.

Quem são os moradores da comunidade do Chané/Bonfim: algumas características básicas da população

Na região do Chané/Bonfim residem nove famílias fixas sobrevivendo, basicamente, da pesca profissional artesanal, da agricultura familiar (subsistência e comercial) e da prestação de serviços para as fazendas locais. Todas as famílias foram entrevistadas, sendo oito delas nas duas visitas e uma família entrevistada em apenas uma das incursões.

Quase 70% da população entrevistada reside na região há mais de 10 anos (Figura 2) e mais de 50% nasceu na própria localidade em que residem (Figura 3).

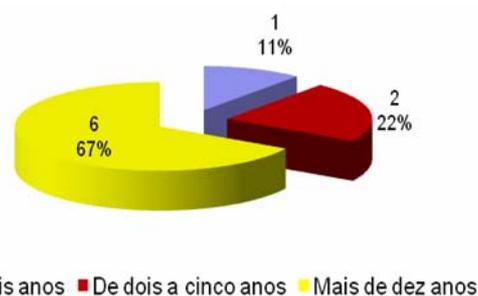


Figura 2. Tempo que os moradores entrevistados residem na região do Chané/Bonfim, Corumbá, MS (em número absoluto e porcentagem).

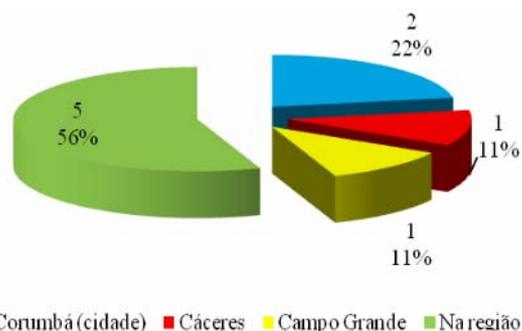


Figura 3. Local de nascimento dos moradores entrevistados da região do Chané/Bonfim, Corumbá, MS (em número absoluto e porcentagem).

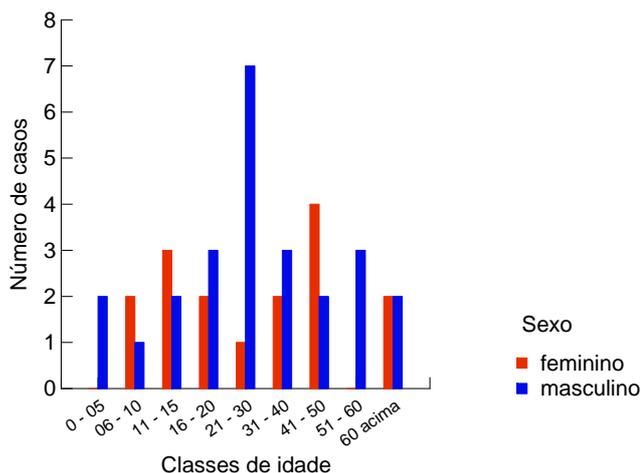


Figura 5. Faixa etária dos moradores por gênero, na região do Chané/Bonfim, Corumbá, MS.

A dedicação à pesca profissional artesanal tem criado alguns entraves na relação fazendeiro/caseiro do porto. Muitos chefes de família passaram a se dedicar mais a pesca do que ao auxílio ao embarque e desembarque dos produtos das fazendas e quando o fazem, cobram dos fazendeiros pelos serviços prestados. Nas incursões na localidade encontramos apenas dois entrevistados que se auto-intitulavam “caseiros de porto” não tendo na pesca sua principal fonte de renda. Contudo, em uma destas famílias alguns dependentes são pescadores de isca viva e complementam a renda familiar com essa atividade (Figura 6). Ressalta-se que apenas dois entrevistados possuem registro profissional em carteira de trabalho comprovando a atividade desempenhada. São eles: um guia de turismo e um dos caseiros de porto.

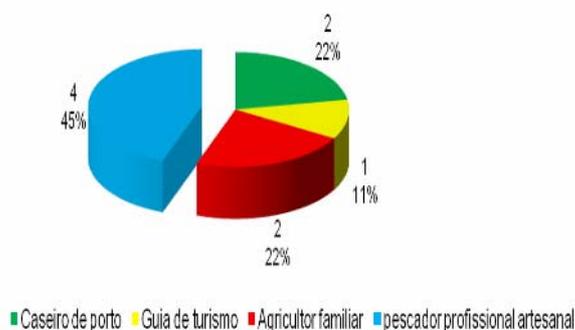


Figura 6. Profissão dos entrevistados moradores da região do Chané/Bonfim, Corumbá, MS (em número absoluto e porcentagem).

Os entrevistados que aqui estão apresentados na categoria de agricultor familiar são os mais idosos encontrados na pesquisa e já possuem aposentadoria rural.

As casas em que as famílias residem, na maior parte, são construídas pelos próprios moradores utilizando recursos naturais fruto do extrativismo local. Seis famílias construíram suas casas e três as encontraram prontas quando se mudaram para a localidade.

De todos os nove entrevistados, cinco vivem da pesca de alguma forma, quatro dependem diretamente da pesca profissional artesanal e um da pesca amadora, total correspondente a 56% dos entrevistados.

Do total dos quatro pescadores profissionais artesanais entrevistados, todos possuem documento da colônia de pescadores Z1 (Corumbá, MS) que regulariza a situação profissional (carteira da SEAP – Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República), no entanto, apenas um possui a licença ambiental emitida pelo atual Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul (IMASUL) que regulamenta a atividade extrativista. Contudo estes pescadores entrevistados não pescam sozinhos e geralmente são auxiliados pelos próprios familiares, estes auxiliares não possuem nenhum tipo de registro profissional ou licença ambiental.

A emissão dos documentos que regulamentam a atuação profissional (licença ambiental e carteira da SEAP) tem sido alvo de muitos questionamentos por parte tanto da comunidade científica, do terceiro setor quanto do próprio Estado regulador, responsável pela emissão dessas licenças. Estuda-se criar mecanismos de facilitação do acesso aos documentos exigidos para que estes pescadores exerçam suas funções dentro da “legalidade” e também façam parte das estatísticas oficiais que fomentam a formulação de políticas públicas para o setor, estudos estes com forte contribuição da Embrapa Pantanal.

O segmento da pesca profissional artesanal predominante nestas famílias é a pesca de iscas vivas para comercialização destinada ao setor turístico pesqueiro. Essas iscas são vendidas diretamente para os barcos de turismo. Não foi identificada a atividade de atravessadores na região estudada, diferente do observado por nós em outros locais

também na sub-região do Paraguai, no Pantanal (Embrapa, dados de pesquisa da autora não publicados - 2007/2008).

Os principais tipos de isca pescados na localidade são o caranguejo, a tuvira e o ximburé (Tabela 2). Considerando as cinco famílias que tem na pesca de isca viva uma fonte de renda foi perguntado a elas quanto de isca costumam pegar em um dia bom de pescaria (Figura 7).

Tabela 2. Valor pago pela isca viva comercializada na região do Chané/Bonfim, Corumbá, MS.

Tipo de Isca	Valor Pago
Caranguejo	R\$ 0,20
	R\$ 0,25
	R\$ 0,30
	R\$ 0,40
Ximburé	R\$ 1,00
	R\$ 1,50
Tuvira	R\$ 0,25
	R\$ 0,30
	R\$ 0,50

As respostas com menor valor em quantidade de isca pescada (Figura 7) correspondem justamente aos pescadores com menor poder de pesca. Seja porque desenvolvem outras atividades profissionais, ou pescam com parentes não residentes na mesma casa (o que gera divisão do pescado pela quantidade de pescadores), ou por baixo nível de capitalização, em especial não possuir motor ou recursos para combustível o que limita o deslocamento em busca da isca viva. Apenas duas famílias de pescadores profissionais artesanais possuíam barco a motor na época da pesquisa.

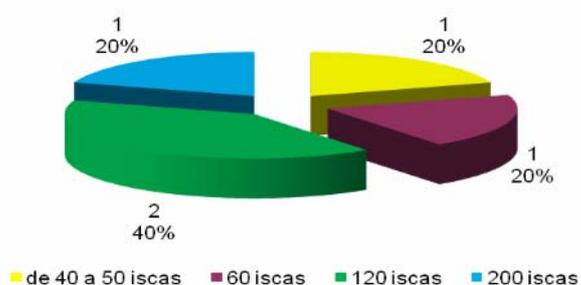


Figura 7. Quantidade de isca-viva pescada em um dia bom de pescaria, por pescador entrevistado na região do Chané/Bonfim, Corumbá, MS (em número absoluto e porcentagem).

O baixo valor pago pelas iscas vivas praticado pelos barcos de turismo também inviabilizam a formação de reserva financeira a fim de criar condições de investimentos na atividade profissional (Tabela 2).

A renda média mensal de cada família foi calculada com base em técnicas participativas de mensuração de renda e cálculos mensais da pesca de iscas vivas (Figura 8). Também foram consideradas as rendas adicionais provenientes de aposentadoria rural, prestação de serviços em fazendas entre outros.

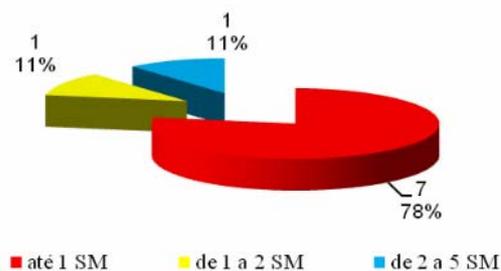


Figura 8. Renda média mensal das famílias entrevistadas na região do Chané/Bonfim, Corumbá, MS. Estimada em salários mínimos (SM) tendo como valor de referência R\$ 380,00. (Dados apresentados em número absoluto e porcentagem).

Observamos que grande parte das famílias sobrevivem com menos de um salário mínimo mensal (Figura 8), já que a pesca não é uma atividade que remunera o mesmo valor ao longo do ano. Dessa forma a subsistência das famílias fica comprometida em épocas de baixa temporada da pesca, dando condições para o surgimento de relações de exploração servil tanto por parte de fazendeiros da região como por parte de barcos de turismo. Isto porque a economia gira em torno do escambo na maior parte das vezes. A isca é a moeda de troca. O valor dos gêneros alimentícios, produtos de limpeza e higiene pessoal são calculados com base no número de iscas que são referência para a comercialização. Dada a distância do centro urbano do município de Corumbá (aproximadamente 180 km) o comércio na região fica restrito aos mascates (comerciantes em embarcações adaptadas que funcionam como mercado fluvial itinerante), barcos de turismo, atravessadores de pescado e fazendeiros. Sendo assim, os que possuem algum tipo de vínculo de prestação de serviços com barcos de turismo,

atravessadores de pescado ou fazendeiros muitas vezes solicitam a estes atores que realizem as compras na cidade. Geralmente isso ocorre “por amizade”, contudo, depois, de alguma forma, cobram do morador ribeirinho. Em alguns casos foi verificado que o morador não pode sequer escolher o local onde será realizada a compra. Nem tem acesso ao cupom fiscal da mesma. Chega-se a cobrar R\$15,00 por 5 kg de arroz tipo 2, e R\$ 6,00 o feijão, quando o mesmo na cidade custa R\$7,50 e R\$ 3,00 em média. Essa prática foi observada tanto sendo realizada por alguns barcos de turismo quanto por alguns fazendeiros locais.

São poucas as pessoas que tem condições de realizar suas próprias compras de consumo doméstico na cidade. Os que realizam, de forma independente, o fazem por possuírem uma renda maior por serem também aposentados. A principal forma de deslocamento para a cidade para todos os entrevistados (100%) são as lanchas freiteiras (embarcações de transporte coletivo) que, segundo os moradores entrevistados, eram mais baratas ou até gratuitas quando da época dos transportes da “Bacia do Prata”. Os preços das passagens por trecho percorrido (ida até a cidade ou volta da cidade) variam entre R\$ 35,00 e R\$ 50,00 por pessoa (incluindo a refeição). Quando leva-se alguma mercadoria, esse volume também é cobrado. Caso uma família de quatro pessoas necessite viajar até a cidade, irá gastar, no mínimo, R\$ 280,00 só em transporte para ir e voltar, ou seja, R\$ 100 reais a menos do que a maior parte das famílias dispõe para sobreviver o mês inteiro. Por causa disso, pessoas passam até quatro anos sem ir até a cidade, conforme foi identificado na pesquisa.

A pouca dependência do consumo de produtos industrializados ou de produtos não disponíveis no local sugere forte sinergia com o ambiente local que se encontra em grande estado de conservação. Tanto que esse indicador de conservação dos recursos naturais com o uso da biodiversidade local pelos moradores da região se comprova pelo próprio interesse do investimento privado com a criação de uma RPPN. Ou seja, se o ambiente não estivesse conservado, o empresário proprietário não despenderia recursos para tal fim.

O extrativismo é muito importante para essas famílias, seja de produtos para a construção e

manutenção das residências, seja para alimentação. Os moradores mais idosos têm grande conhecimento da flora local e, a medida do possível, tem repassado esse conhecimento para os mais jovens.

A principal fonte de proteína animal para estas famílias, em ordem de consumo, são o pescado, a carne bovina e a carne de caça, concentrada em alguns animais citados pelos entrevistados (mutum, capivara, jacaré, queixada e porco monteiro).

A infra-estrutura das casas é simples, geralmente dispõem de uma cozinha externa, estrategicamente arquitetada para segurança familiar em caso de incêndio, já que a principal fonte de energia para o preparo de alimentos é a lenha. Além da cozinha, as residências usualmente possuem alguns dormitórios (dependendo do tamanho da família) e uma área que funciona como sala/dormitório (a maior parte dos casos). Banheiro só foi identificado em três residências e em uma delas os dejetos são despejados em fossa negra. Fossa asséptica só existe em duas residências. Nas demais existe, quando muito, um espaço coberto de madeira que apenas separa o usuário dos demais moradores da residência, assim, o mato assume também a função de sanitário para a maioria das famílias.

Energia elétrica também é privilégio de poucos e quando há, é produzida através de gerador abastecido por energia fóssil. Na época das entrevistas apenas uma das residências dispunha-se desse tipo de energia, atualmente esse número subiu para duas.

A água que abastece as residências é proveniente do Rio Paraguai e 67% das famílias, ou seja, seis famílias tratam a água que consomem de alguma forma. Entre as seis famílias que tratam a água, 67% ou quatro delas utilizam o cloro e apenas duas ou 33% fazem uso apenas do filtro de água. O restante, 33% ou três famílias, não realizam qualquer tipo de tratamento. A forma de tratamento mais comum é o uso de cloro que a Marinha fornece.

O acesso a serviços públicos também é precário. Não existe na região atendimento médico municipal e apenas em 2004 foi construída uma escola que oferecesse condições de ensinar e abrigar as crianças da região. A escola funciona em regime de internato para essas crianças dado a distância e ao custo de deslocamento diário. A mesma

está localizada na comunidade da Barra do São Lourenço, distante cerca de 30 km. A escola é municipal e atende as crianças do ensino fundamental I (1º ao 5º ano). Nela também funciona o programa federal PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) para algumas crianças em regime integral (manhã e tarde). Contudo, em 2007 a escola não funcionou dado a problemas na infra-estrutura da edificação que demandou reformas no prédio o que não foi realizado a tempo de iniciar o calendário escolar. Dessa forma, as crianças da região do Chané/Bonfim não foram encaminhadas a tempo, pelo poder público municipal, para outras escolas e permaneceram sem acesso à educação formal em 2007 e também em 2008, mesmo com o retorno das atividades escolares.

O atendimento médico está restrito as visitas da Marinha do Brasil pelo menos uma vez ao ano. Nestas campanhas da Marinha os moradores são acompanhados por clínicos gerais e dentistas. Porém, estes atendimentos são superficiais e restritos a alguns moradores, dado as limitações de pessoal, medicamento e infra-estrutura naval deste segmento das forças armadas. Dessa forma, os moradores que desejam ser atendidos são selecionados através de uma triagem para identificação dos casos de maior urgência. Com essa realidade, são poucas as mulheres que realizaram exames preventivos de câncer de colo de útero, câncer de mama, como também poucas crianças tiveram acesso a vacinação infantil. Dentre aquelas que possuem alguns comprovantes de vacinação, não encontramos nenhuma com a caderneta de vacinação em dia. Em caso da necessidade de atendimento médico de urgência é preciso contar com a solidariedade de pessoas que possuam barco a motor e gasolina disponível para custear o deslocamento até a cidade.

Contudo, com todas as dificuldades observadas para a sobrevivência no local, perguntamos aos entrevistados onde eles preferiam viver, trabalhar (Figura 9 e 10) e por que.

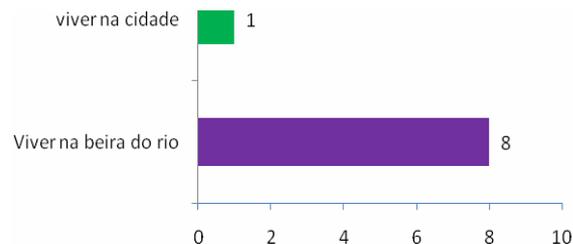


Figura 9. Onde os entrevistados preferem viver considerando todas as dificuldades existentes no local para a sobrevivência.

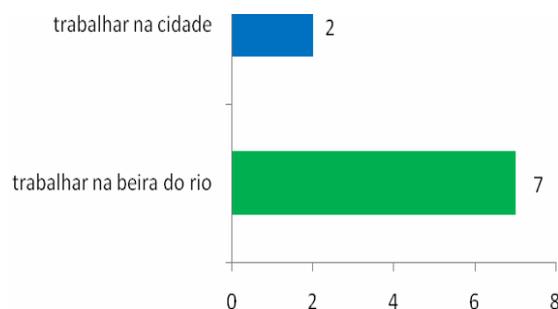


Figura 10. Onde os entrevistados preferem trabalhar considerando todas as dificuldades relatadas por eles para melhorar a situação financeira.

Perguntamo-nos o porquê desse apego com a vida na localidade mesmo com as inúmeras dificuldades existentes para a sobrevivência dessa população. Não nos restam dúvidas que o apego ao território é condição "sine qua non" para que as pessoas façam a opção entre viver na beira do rio ou na cidade. É notório que os adultos têm consciência das limitações as quais estão submetidos, tais como o baixo nível de escolaridade e a ausência de formação em mão-de-obra especializada o que compromete a competitividade por empregos na cidade. Contudo, esse não é o principal fator que distancia o desejo entre viver na cidade ou na beira do rio. A relação simbiótica entre o ambiente local e a vida dessas famílias faz com que qualquer modificação nesse cenário coloque em risco a reprodução sociocultural dessas famílias bem como, em casos não raros, comprometem a saúde de alguns moradores. Em algumas entrevistas foi relatado que ficar na cidade por um longo período deixou alguns entrevistados ou familiares próximos doentes.

Para a maioria deles a cidade é sinônimo de desordem moral e traz contradições de valores, principalmente os de solidariedade, reciprocidade e confiança.

Muitas famílias optam por não encaminharem seus filhos para a cidade para estudar por receio da interação rural/urbano em uma fase do desenvolvimento infanto-juvenil em que a referência de família é fundamental para a formação do caráter. Esse receio foi observado em 98% das entrevistas e também pelas professoras da escola. Por essas razões a ausência de ensino formal, das séries iniciais ao nível médio, para essas populações é crucial para o esfacelamento dessas comunidades como guardiãs da cultura pantaneira.

Considerações Finais

Entre as famílias entrevistadas pudemos concluir que existe forte laço territorial com o ambiente que os cerca onde o espaço ocupado compõe muito mais que um espaço físico assumindo muitas vezes conotação mitológica como aqueles identificados para a pesca ou para coleta de plantas medicinais.

As famílias por possuírem vínculos de parentesco, na sua maioria, terminam por comungarem de hábitos semelhantes de interação com o ambiente, valores morais, crenças e simbologias. Isso reforça a preocupação com a reprodução cultural de um grupo social em caso de desintegração da relação homem/natureza da forma como secularmente foi constituída na região. A existência dessas famílias a mais de um século no local foi confirmada por um descendente de índios Guatós morador de uma área pertencente à União, contígua ao local onde será implantada a unidade de conservação. Todas as famílias, no momento das entrevistas, sabiam que a fazenda em questão havia sido comprada, mas 100% delas não sabia por quem e nem para que finalidade a mesma havia sido adquirida.

Quando da informação dos propósitos da aquisição muitos demonstraram preocupação e fizeram alusão aos conflitos existentes com a RPPN Penha e Acurizal próximos a comunidade da Barra do São Lourenço. Todos demonstraram interesse em adquirir mais informações sobre a conservação e também se mostraram dispostos a repassar os conhecimentos sobre a região, mas as restrições legais que existem para uso e

ocupação de uma área como uma RPPN muito preocupou os moradores. Essas famílias dependem intrínseca e diretamente dos recursos naturais disponíveis no local para sobreviverem e qualquer restrição de uso ou alteração do *modus vivendi* dessa população será fatal para a sobrevivência do grupo como "comum unidade".

Essa comunidade caracteriza-se por possuir poucas oportunidades de vida, baixo nível de escolaridade, quase inexistência de acesso a serviços públicos e pouca diversidade laboral. A principal atividade comercial existente é o comércio de iscas vivas que se dá de forma muito rústica, baseado muitas vezes no escambo. Qualquer interferência na possibilidade da coleta de iscas vivas ou do turismo de pesca (consumidor dessas iscas) afetará diretamente a única fonte de renda dessa população. Trabalhar com o conceito de geração de alternativas de renda também deve ser cuidadosamente estudado, pois a pesca representa mais que profissão para esse grupo. Como dito anteriormente, ela é modo de vida. Alterar o modo de vida pode significar na deterioração de um grupo.

Sabe-se que existe a iniciativa dos proprietários da RPPN em dialogar com os moradores do local e de alguma forma contribuir para a sustentabilidade da sobrevivência dessas famílias em interação com o ambiente natural. Porém, até onde haverá essa disponibilidade de diálogo e quais as suas implicações só o tempo poderá mostrar.

Há que se refletir sobre a privatização dos recursos naturais no Pantanal e suas conseqüências para a sobrevivência do pantaneiro. Qual o preço que a sociedade está disposta a pagar para isso? Pouco ainda se discute sobre o preço de terras muito menos sobre a valoração ambiental da área a ser adquirida. Temos observado que muitas áreas consideradas prioritárias para conservação, e que de fato são, são adquiridas e isoladas completamente da interação com a população humana que as cercam. Esquece-se que foram esses os principais agentes da conservação do espaço ao longo dos anos. Há que se cuidar para não reproduzir o mito edênico que rondou a conservação dos recursos naturais até a década de 90 no mundo todo e hoje é revisto em seus propósitos. Como se investir na conservação dos recursos naturais fosse servir de "hóstita"

para a consciência dos quem em nada querem modificar seu modo de vida.

É possível conservar os recursos naturais com interação social. Preservar o Pantanal é preservar o Homem Pantaneiro em seu local de origem, no Pantanal.

Referências

ALENCAR, E. Intervenção tutorial ou participativa: dois enfoques da extensão rural. **Cadernos de Administração Rural**, Lavras, v.2, p.23-43, jan./jun. 1990.

AMÂNCIO, C. O. G.; AMÂNCIO, R.; TORRES, O.; TONIAZZO, R. C.; BOTELHO, D. Socioeconomia. In: **Relatório Técnico da reserva particular do patrimônio natural Engenheiro Eliezer Batista**. [S.l: s.n], 2007. Relatório. Não paginado.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997.

COMO CITAR ESTE DOCUMENTO

AMÂNCIO, C. O. G.; AMÂNCIO, R.; TONIAZZO, R. C.; BOTELHO, D.; PELLEGRIN, L. A. **Caracterização Socioeconômica das Comunidades Chalé/Bonfim, Sub-região do Paraguai, Corumbá, MS**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2008. 9 p. (Embrapa Pantanal. Circular Técnica, 82). Disponível em: <http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/download.php?arq_pdf=CT82>. Acesso em: 10 mar. 2009.

Circular Técnica, 82

Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento

Exemplares desta edição podem ser adquiridos na:
Embrapa Pantanal
Endereço: Rua 21 de Setembro, 1880
Caixa Postal 109
CEP 79320-900 Corumbá, MS
Fone: 67-32332430
Fax: 67-32331011
Email: sac@cpap.embrapa.br

1ª edição
1ª impressão (2008): formato digital

Comitê de Publicações

Presidente: *Thierry Ribeiro Tomich*
Secretário-Executivo: *Suzana Maria Salis*
Membros: *Debora Fernandes Calheiros*
Marçal Henrique Amici Jorge
Jorge Antônio Ferreira de Lara
Regina Célia Rachel dos Santos

Expediente

Supervisor editorial *Marçal Henrique Amici Jorge*
Normatização Bibliográfica *Viviane de Oliveira Solano*
Tratamento das ilustrações *Regina Célia R. Santos*
Editoração eletrônica *Regina Célia R. Santos*